

## **096ª SESSÃO ORDINÁRIA 04OUT2012**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. João Antonio Dib solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 4 e 5 de outubro de 2012.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicação de Líder.

**O SR. ADELI SELL:** Boa tarde a todos e a todas. Meu caro Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadoras e Vereadores, esta tarde se iniciou, no Plenário, de forma bastante bem-humorada. Estamos concluindo um período importante desta Legislatura, porque na segunda-feira, mesmo com os 36 atuais parlamentares, teremos a nova configuração da Câmara Municipal para o período de 2013 a 2016. Portanto, este é um momento ímpar e nós aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos dizer que fizemos um esforço profundo para colaborar com a cidade de Porto Alegre, porque a oposição tem como papel – o que todas as outras Bancadas também deveriam ter – fundamental a fiscalização e o apontamento, de forma criteriosa e crítica, daquilo que está errado em uma administração. Dias atrás, levantei aqui, por quatro vezes, críticas duríssimas ao procedimento de candidatos ao pleito municipal; precisou de gravação, de página de jornal, para que o debate viesse a ser feito efetivamente. Espero que na próxima Legislatura a imprensa de Porto Alegre acompanhe as Sessões da Câmara Municipal, do primeiro ao último dia, e verifique aqui exatamente o que se faz, como se trabalha, como é o comportamento efetivo do Parlamentar, das Bancadas parlamentares, das responsabilidades por quem já passou pela Prefeitura Municipal como foi o caso do meu Partido que, orgulhosamente posso dizer, governou Porto Alegre por dezesseis anos. Implementamos a democracia participativa ao extremo, fomos copiados – o que é bom –; fizemos o Orçamento Participativo, registramos todas as demandas num caderno para que, rigorosamente, fossem seguidas. Houve críticas ao nosso procedimento, sim, e um dos maiores críticos, com quem gosto de debater, o Ver. Luiz Braz, que mantém a mesma posição sobre o OP, como disse ontem aqui, que mantinha na época do PT. É bom ouvir isso, pois é uma linha de coerência. Já vi muito zigue-zague aqui; gente que combatia o OP, na época do PT, e depois endeusando o OP, na época Fogaça-Fortunati. Não pode ser essa política do oito ou oitenta. Temos de ter uma postura, uma coerência. Quero dizer que aquilo que eu levantei há dias, quando enumerei

os problemas, todos eles estão vindo à tona com provas contundentes. Todos, absolutamente todos. As senhoras e os senhores estão acompanhando, está mais do que demonstrado nas redes sociais: escutas; dados sobre servidores, sobre terceirizados; os que são CCs; quem trabalha, quem não trabalha; enfim, há um rol de coisas. Isso tem que ser levado em conta, não só agora que estamos às vésperas da eleição, mas segunda-feira, também, provavelmente com uma configuração diferenciada desta Câmara de Vereadores, já que cinco ou seis Parlamentares não concorrem ao pleito, e sempre há um nível de renovação. Então, também a partir da semana que vem, tudo isso que era debatido, Ver. Haroldo de Souza, antes da eleição, vai ter que ser continuado. O debate não pode parar, as investigações, se tiverem que ser feitas, devem ser feitas – antes e depois –, porque senão se torna um mexerico eleitoral para ver quem critica mais, quem se defende mais, e quem critica menos ou concilia. Para mim, não há conciliação; há respeito, evidentemente, até porque eu acho que a gente deveria praticar mais a tolerância, a tolerância com a diferença política. Mas não podemos ser tolerantes com comportamentos não éticos, com comportamentos inadequados ou, como diz a Presidente Dilma, “os malfeitos”. Nesse sentido, eu creio que neste semestre, encerrando, portanto, um ciclo desses últimos quatro anos, porque é o último dia antes das eleições, não poderia deixar de vir aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e do nosso Líder, Engenheiro Comassetto, dizer que nós colaboramos, que nós contribuimos para o avanço democrático, para o livre debate político, Ver. Mauro Zacher. Concluo com isso, a nossa Bancada, a Bancada do PT, tentou contribuir e vai continuar contribuindo, a partir de segunda-feira, independentemente da sua configuração. Portanto, essa é a minha fala em nome da minha Bancada e também como Presidente Municipal do Partido dos Trabalhadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. NELCIR TESSARO:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste, venho a esta tribuna manifestar a minha contrariedade com a opinião daquelas pessoas que dizem ser um desespero de oposição, porque aqui nós somos 36 Vereadores, Vereadores da Cidade. Não há oposição quando

se trata de defender a comunidade, a legalidade dos fatos. Nós queremos que as coisas sejam passadas a limpo!

Mas, ontem à tarde, acredito que todos presenciaram mais um fato lamentável, às 16h – e eu quero que todos vejam no clicRBS, no Chamada Geral de ontem à tarde, de última hora –, que aconteceu lá no bairro Aberta dos Morros. Acredito que todos tenham visto, inclusive as fotos, a reportagem, a gravação e a intervenção dos moradores presentes, próximo do bairro Campo Novo. Quando abordaram uma senhora, cuja rua havia sido asfaltada exatamente na terça-feira à noite – que ainda estava pretinho, ninguém tinha passado por cima, acho que nem um cachorro – e perguntaram: “Como é que foi? O que aconteceu com esse asfalto?” Ela disse: “Na semana passada, estive aqui a equipe do Secretário Cássio e acertaram com a gente que na próxima semana, que é esta que entrou agora, iriam colocar o asfalto aqui, e todas as casas, então, colocaram a placa”. Aí chegaram em uma casa – só naquela casa e mais adiante tem cinco placas do candidato a Vereador – e foram tirar fotografia, e o coordenador da campanha naquele local disse: “Não, se tirar foto da minha casa aqui, vai ter. Não tirem foto da minha casa aqui, porque vai ter!” Já chegou a esse ponto a campanha eleitoral de Porto Alegre! E depois o Prefeito diz: “Não, isso aí são inverdades, porque querem acusar o Prefeito”. Se eu fosse o Prefeito, eu já teria demitido o Toninho e já teria pedido para o Cássio retirar a sua candidatura. Se ele é um Prefeito isento como diz ser, deveria ter feito isso – é a primeira coisa que tinha que fazer. Se é isento, toma uma providência. Ou então deveria ir a todos os jornais da Capital e dizer: “Eu vou tirar a limpo essa situação”. Porque quem manda nos Secretários e nas máquinas não é o agente comunitário; é o Prefeito o comandante de todas as máquinas, inclusive da máquina pública da campanha em Porto Alegre. É o Prefeito! Não é aquele Toninho, que me disseram que é da PROCEMPA, mas que está na SMOV. Então, eu não sei realmente onde ele está lotado, mas ele é quem comanda na SMOV e escolhe as ruas que serão arrumadas. E está lá dito: “Não, isso aqui não precisa de licitação, nós vamos usar uma terceirizada que nós temos dentro da SMOV para fazer essa obra”. Até nisso, burlam a licitação! E quando eu pergunto para o Líder do Governo – e há 47 dias eu pedi informações sobre quais são as ruas que estão cadastradas para pavimentação aqui em Porto Alegre, Vereador-Presidente, e eu já pedi a sua interferência para que esta resposta venha: quais são as 45 ruas que foram escolhidas em Porto Alegre? Mas eu não recebo a informação do Governo, eu não recebo! Claro, o Governo quer guardar isso a sete chaves dentro da SMOV porque, se eu abrir essa informação,

fica sujeito a alguém dizer que a Prefeitura está colocando asfalto, e os da base do Governo vão se achar no direito de pedir os votos, como é correto, e não apenas um Vereador em nome do Prefeito. Isso é lamentável! Nunca, nos meus 21 anos que concorro aqui em Porto Alegre, Ver. Tarciso, é a primeira vez que eu vejo isso! Sempre me falavam em máquina, máquina... Eu pensava que era máquina fotográfica para poder tirar foto dos candidatos na rua. Agora, uma máquina de Governo deste tamanho eu só conheci a do ACM, a do Roberto Jefferson, a da base do Governo aqui do Fortunati, a do PMDB, que estava no mensalão! Desses eu conheço! Agora, aqui em Porto Alegre, eu não sabia que existia isso! Eu estou barbarizado, gente. Agora tenho notícias: ligaram-me hoje pela manhã pedindo para que eu desse uma chegadoinha no bairro Lageado, no Beco da Vitória, para eu dar uma olhadinha porque colocaram saibro ali ontem. Lá perto de onde o Dr. Thiago é, eles colocaram o saibro ontem! Beco da Vitória! Como fica aquela instituição chamada de OP? Rasgaram o OP! Eu estive olhando, e este ano o OP teve o maior público frequentador de Porto Alegre. Claro, teve uma média de 800 cada um! Pegavam as 800 pessoas de uma região e levavam para outra, para outra e outra. Toni, os 15 mil se resumem em 1.500 pessoas. É só o Ministério Público conferir os nomes, gente. Alo, Ministério Público de Contas, faça uma auditoria na SMOV urgente para ver o que está acontecendo nesta Capital.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Toni Proença está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TONI PROENÇA:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, as notícias veiculadas na imprensa, nas rádios e na televisão, nos últimos dois dias, nos dão conta de um possível, um indício de manipulação do Orçamento Participativo. Ver. Adeli Sell, quero me deter no processo do Orçamento Participativo, que tem 21 anos em Porto Alegre, que é um processo referência de participação popular e de democracia participativa em todo o mundo. Nos países democráticos e mesmo nos países mais à esquerda, a participação popular em Porto Alegre é referência. Aonde se vai, sempre se tem uma referência muito salutar a respeito do Orçamento Participativo.

Portanto, esse episódio que está aí sendo investigado pelo Ministério Público tem que ficar muito claro. É preciso deixar tudo muito transparente, porque não está em jogo o uso

da máquina eleitoral simplesmente, na eleição, por um candidato; o que está em jogo é um processo reconhecido no mundo todo, referência no mundo todo, de democracia participativa e de formulação do Orçamento Público Municipal e de seus investimentos, através da decisão da própria população. É uma experiência riquíssima, belíssima, que acumula muito em Porto Alegre e, de Porto Alegre emana para todo o mundo, para todo o Brasil, para todo o Rio Grande. Das poucas experiências de Orçamento Participativo, é reconhecida como de pleno êxito em todo o mundo. Basta andar pelo mundo que vai se ouvir esse tipo de referência.

Portanto, é preciso que o Prefeito José Fortunati vá fundo nas investigações do uso e da manipulação do instrumento, da ferramenta, do processo do Orçamento Participativo, para que essa denúncia possa ficar bem esclarecida, a fim de que não traga nenhuma mácula ao processo que é reconhecido no mundo todo. Essa eu acho que é a principal atitude que devemos tomar em Porto Alegre, aqueles que reconhecem no Orçamento Participativo um instrumento de decisão popular, de democracia plena. Pois nós precisamos deixar isto bem claro, bem transparente; o resto é com o Ministério Público, não vou entrar nesse mérito.

Agora, o processo do Orçamento Participativo tem de ser protegido, e tem de ser muito bem explicado esse episódio para que possamos, a partir disso, tomar providências para que isso não mais aconteça, não só em período eleitoral, mas em todo o ciclo anual do Orçamento Participativo, que, como disse o Ver. Tessaro, envolve mais de 20 mil pessoas todo o ano, entre delegados, conselheiros e populares, que vão às assembleias, aos fóruns regionais, aos fóruns temáticos e participam do Orçamento Participativo. Essas pessoas não podem ser traídas, elas não podem ser enganadas, e o responsável, o guardião da fidelidade desse Orçamento é o Prefeito Municipal. Tenho certeza de que ele vai ajudar a pôr às claras todo esse episódio, principalmente para proteger o processo do Orçamento Participativo, que já tem 21 anos e é decantado em todo o mundo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores; primeiro a minha convicção, Presidente, como advogado que já tem algum tempo, alguma militância na atividade advocatícia, amigo de advogados de escol, também, que militam diariamente no Direito Eleitoral, no Direito Civil, no Direito Criminal, de que esse episódio se tenta, de alguma forma, trazer para o Prefeito, mas de que é absolutamente impossível que nós possamos causar qualquer tipo de mácula, qualquer tipo de respingo à imagem do Prefeito. Qualquer um que milita, como nós militamos, aqui, na atividade política, sabe que esses episódios passaram muito, mas muito ao largo – e o Ver. Paulinho Rubem Berta disse isso ontem aqui – do conhecimento, da ciência, porque nós, ao contrário, conhecemos o Prefeito José Fortunati. Aliás, os Vereadores do PT também conhecem muito bem o caráter do homem José Fortunati. Portanto, é absolutamente sofrível e lamentável que se tente jogar para cima do Prefeito uma circunstância como essa, que é, sim, criticável sob todos os aspectos, mas que, novamente, não tem nada a ver como Prefeito Municipal. Tanto é assim que a sociedade porto-alegrense reconhece, conferindo-lhe os índices que ele tem nas pesquisas e pela iminência – queira Deus e com toda a humildade, que eu esteja certo – da vitória no próximo domingo que se aproxima; vitória que será a coroação de um esforço de homens e mulheres que constroem o Governo, que trabalham em prol da sociedade porto-alegrense e pelo que tem feito ao longo desse tempo.

Mas eu quero, rapidamente, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, referir que, na data de ontem, estávamos, a convite do Shopping do Porto, pela manhã, vendo o lançamento do redesenho da marca. Lá é um empreendimento, como todos sabem, deste nosso Governo, começando pelo Ver. Idenir Cecchim. Nós consolidamos o Camelódromo, promovemos a vida daquelas pessoas que estavam na “pedra”, como se diz, Ver. Adeli Sell, desde a manifestação pública de interesse até a construção, o gerenciamento e realização de cursos de qualificação dos empreendedores que têm lá dentro. Agora, essa tentativa de conferir uma nova identidade visual. E era uma festa muito bonita, foram convidados atores globais e houve a apresentação de pessoas conhecidas do Rio Grande do Sul. Lá pelas tantas, chegam quatro carros da Polícia Federal, numa atitude absolutamente espalhafatosa, midiática, no meio do evento, praticamente atropelam as pessoas, passam por cima dos cones, invadem. Eu me apresentei e disse: não há problema algum em vocês cumprirem a determinação que têm de cumprir, só que, há seis meses, este Vereador tenta contato com o Superintendente da Receita Federal. Existe

uma instrução normativa da Receita Federal que permite a micro e pequenos empreendedores, especialmente, a esses sacoleiros fazer a declaração e a regularização de itens de importação. É uma instrução normativa da Receita Federal, e, há seis meses – volto a dizer –, insisto com o Superintendente para nós fazermos uma agenda positiva para orientar essas pessoas e não se consegue obter resposta. Falei com o Superintendente Adjunto outras tantas vezes. Anteontem, o Secretário Omar Ferri Júnior ligou novamente para o Superintendente para pedir. E não é que nós fomos surpreendidos por essa ação da Receita Federal? Eu perguntei quem era o chefe da operação, e se apresentou um senhor de origem nipônica. Eu lhe disse: olha, é uma temeridade o que vocês vão fazer, além de ser um arbítrio o que eu estou testemunhando aqui. Não façam, porque está errado, porque um empreendedor, um cidadão, quando mostra que tem boa-fé, é dever do agente público dar oportunidade para ele se regularizar, e essas pessoas têm boa-fé e são trabalhadores”. Pois não é que eles desceram com meia dúzia de brigadianos que estavam ali – que tinham que estar, porque eles requisitaram –, e, dali a dois, três minutos, começou um tumulto, começou aquela turba a se enfurecer, e ninguém controla isso, e foi fruto da irresponsabilidade do comando daquela operação! E aquela turba se enfureceu, e praticamente – eu quero lamentar – foram linchados os Fiscais da Receita Federal que lá estavam, saindo de lá, de fato, muito machucados. Mas assumiram a responsabilidade por aquilo que fizeram. Fiquei mais surpreso quando o Superintendente da Receita Federal disse que não sabia, e eu quero fazer um apelo aqui da tribuna da Câmara. Aquele é um empreendimento importante para Porto Alegre, é uma marca do nosso Governo, é a promoção daquelas pessoas. A Receita Federal não pode tratar micro e pequeno empreendedor como se lixo fosse. Há que ter respeito.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Passamos às

## **COMUNICAÇÕES**

O Ver. Professor Garcia está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Luiz Braz está com a palavra em Comunicações.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, o Ver. Adeli Sell falou sobre Orçamento Participativo. Eu mantenho a opinião que tinha já naquela época em que o PT criou o Orçamento Participativo aqui em Porto Alegre, a de rejeição quanto ao modelo que é empregado no Orçamento Participativo. Dentro desse modelo, o Partido que está no Poder faz cooptação do Orçamento, é absolutamente normal que isso aconteça. O que eu entendo de participação popular deveria ser alguma coisa absolutamente livre, na qual os Governos não tivessem autoridade para organizar, para mandar, para definir, mas que esse movimento pudesse ser absolutamente livre. Por isso que, dentro do esquema que é montado hoje de Orçamento Participativo, com certeza, eu não sou favorável, muito embora, é claro, eu não poderia deixar de ser favorável à participação popular. Eu quero, sim, a participação popular, mas de uma outra forma, de um outro modo, em que as pessoas sejam mais livres para tomarem as suas decisões, e aí o Governo é que decide aquilo que vai ou não vai fazer.

Mas eu vou aproveitar esses meus minutos para dizer que os futuros Vereadores, aqueles que vão compor a Câmara nos próximos quatro anos – eu estou dizendo “aqueles” porque eu não sei quem vai estar e quem não vai estar e nem se eu vou estar aqui na Câmara – terão, Ver. Adeli Sell, a incumbência de administrar um assunto absolutamente sério para Porto Alegre que é o mobiliário urbano. Nós começamos aqui, na nossa Câmara de Vereadores, através de dois projetos que eu apresentei, em parceria com o Adeli... Um deles é referente à renovação das bancas de revistas, e já notamos, hoje, em toda a Cidade, que a maioria das bancas de revistas são novas, fazendo com que a Cidade realmente possa se vestir, com relação ao seu mobiliário, de uma forma melhor. E, agora, um outro projeto que também apresentamos aqui na Câmara de Vereadores, que foi aprovado e que também já começa a gerar seus frutos é referente às bancas de chaveiros. Ontem estivemos visitando algumas bancas de chaveiros e vimos que muitas delas já estão renovadas, muitas delas já são bancas novas. É claro que essa briga com relação ao mobiliário – briga no bom sentido – é para fazer com que o mobiliário urbano



possa ganhar uma nova direção, porque nós tínhamos um mobiliário muito arcaico, muito velho, e ainda temos muitas peças que precisam ser imediatamente substituídas.

Ontem estive nas bancas das floristas, ali no centro da Cidade, e vi que o Município precisa voltar os seus olhos para aquele local imediatamente, porque ele é muito bonito, para ser montado pela Administração, para que turistas possam visitá-lo, e nós mesmos, a população, possamos aproveitar aquilo que nós temos hoje servindo lá para poder vender as flores, mas que possam ser equipamentos melhores, mais bem compostos. Além disso, dentro da licitação que está sendo apresentada pela Prefeitura Municipal, existe um equipamento que é aquele em que sempre devemos estar de olho muito em cima, que são as paradas de ônibus. As pessoas estão lá para poder pegar o seu ônibus, muitas vezes com problema de chuva, muitas vezes com o atraso de ônibus, às vezes sofrendo dores, mas estão ali. Então, esses equipamentos têm que ser realmente muito bem montados, inclusive com GPS, para que as pessoas possam saber onde está o ônibus, o atraso que ele venha a ter e coisas assim. Mas isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, esse tema do debate que tomou conta desta Casa por conta do processo eleitoral e das campanhas, principalmente dos ex-Secretários – porque não é uma particularidade do ex-Secretário da SMOV – na utilização da máquina pública, Ver. Carús, nós, nesta tribuna, Ver. João Bosco Vaz... Não o senhor, mas de alguns ex-Secretários. Obviamente que o Sr. João Bosco Vaz não está no rol dessa minha lista de ex-Secretários que estão utilizando a máquina pública; justiça seja feita. Nós, aqui nesta tribuna, Ver. João Bosco, há 80 dias, viemos aqui e mostramos esta foto (Mostra foto.) lá no Campo Novo. Uma foto de 80 dias atrás, Ver. Tessaro, e já dizíamos que o ex-Secretário da SMOV estava utilizando a máquina pública... Isto aqui é uma rua sem saída, popularmente conhecida como beco, que tem uma camada “casca de ovo” de asfalto feita pela equipe da SMOV, que foi lá antecipadamente, e os conselheiros do Orçamento Participativo, entre eles o Sr. Maurício Melo, colocaram... Tem 14 placas do Cássio nesta

rua (Mostra fotografia.) – 14! –, e esta é de 90 dias. Um grande jornal de circulação foi lá ontem e flagrou uma outra rua, a Rua Rio Grande, também no Campo Novo. Isso demonstra que não é um fato isolado, não é deste momento, isso está acontecendo em toda a campanha.

Nós esperamos aqui que a Justiça, que a Promotoria Pública Eleitoral – e, nesta ação, o Dr. Rockenbach entrou – faça justiça: têm que ser cassadas essas candidaturas que não utilizam os procedimentos republicanos e que utilizam a máquina pública! Aí, Ver. Valter, tenho acordo, em parte, com o senhor aqui: obviamente que o Prefeito Fortunati tem uma postura de boa índole; agora, ele é o Prefeito, responde solidariamente por tudo o que acontece dentro da Prefeitura. E esses candidatos – no caso, do PTB – fazem parte do atual Governo e fazem parte da coligação. Então, ele responde; mesmo tendo a sua postura referente a esses processos, queira ou não, responde. Quando se pede voto para um candidato da coligação, está-se pedindo voto para o Prefeito, para um projeto, para a chapa. Isso está acontecendo em toda a Cidade, e eu espero aqui... porque todos sabem, neste Plenário que, em nome da minha Bancada – a do Partido dos Trabalhadores e da oposição –, antes de iniciar a campanha, eu vim a esta tribuna e denunciei a utilização da máquina pública, lá em Belém Novo, no rodeio que foi feito em nome do Orçamento Participativo. Após isso, iniciada a campanha, viemos aqui e fizemos as denúncias do Campo Novo. Continuamos. E é tão descarado isso, que não tem como o Ministério Público não perceber, é tão descarado isso... E há outros candidatos... e nós entregamos um documento lá pelo abuso do poder econômico, Ver. Luiz Braz. Não acredito que o candidato Janta, do PDT, que declarou R\$ 40 mil na sua prestação de contas, com mais de 2.000 muros pintados na Cidade e pagando pelos muros. Ele paga, o que é proibido por Lei, paga!. Assim como está fazendo, mais ou menos, 50 jantas por dia na Cidade, gratuitamente. Será que o Ministério Público não vê isso? Não pode! Muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu preciso continuar nesta reflexão, porque trouxemos para esta Casa, trouxemos a público, Ver. Comassetto, Ver. Adeli, fotos. Alias, Vereadores de várias bancadas assinaram, há

uns 40 dias, um documento que entregamos ao Ministério Público, com fotos, com denúncias, com depoimentos, do uso da máquina pública e do poder econômico, do custo abusivo de campanhas.

Fico me perguntando, porque nós vivemos, há poucos meses, a cassação de uma Prefeita, aqui do lado, em Gravataí. Nós vemos Prefeitos que estão quase impedidos de... Estão se defendendo na Justiça, porque entraram, num dia foram numa inauguração, passaram por uma inauguração, por coisas ínfimas – dois Prefeitos: São Leopoldo, Novo Hamburgo.

Fico apavorada de ver que fatos evidentes de uso da máquina pública, que já vivemos na outra eleição, não são coibidos, sem atitude imediata dos órgãos. Acho que a sociedade precisa se levantar.

Vejam: mesmo com as denúncias, continua o uso da máquina. A cara de pau, a desfaçatez, porque ontem recebi uma ligação, depois do término da Sessão, da Vila Orfanatório 2, informando o seguinte: “estamos caminhando aqui, tem uma máquina – isso foi ontem – retroescavadeira; tens uns 15, 20 funcionários, estão recapeando ruas, e as placas do Vereador, ex-Secretário de Obras”. Aqui se vê, nesta foto (Mostra fotografia.), que agora imprimimos em preto e branco, as placas sendo colocadas, quase ao mesmo tempo, se não é para o Prefeito Fortunati afastar imediatamente a equipe do seu Governo que está patrocinando isso; o que não é republicano! E acho que não vale olhar só para o julgamento do mensalão, que é correto, que tem que ser feito, que o Brasil tem que ser passado a limpo, tendo a Comissão da Verdade, nós temos o Ficha Limpa, *site* Transparência, mas não dá para Porto Alegre conviver com isso.

E também não dá para conviver – acho que é uma discussão que os nossos Deputados Federais, que o nosso Congresso tem que fazer – com o fato de os nossos Secretários, que são Secretários de Obras, Secretários que foram de Governo, receberem imensas contribuições de empresas que trabalham para o Governo; isso é absolutamente escancarado, é a crônica do assalto anunciado, não é a crônica da morte anunciada. Essa matéria (Mostra fotografia.) que o jornal Zero Hora veiculou, com os valores, eu não vou falar no nome dos colegas, está vinculada às Secretarias estratégicas de realização de obras na cidade de Porto Alegre e de licenciamento de obras. É a Secretaria do Planejamento, é a Secretaria de Obras e a Secretaria de Indústria e Comércio, sendo, por coincidência, os Secretários e ex-Secretários que mais recebem recursos. Isso é seriíssimo, nós já vivemos isso, nós vimos o resultado nas últimas eleições, tornando, de

fato, desvinculada da realidade a manifestação do eleitor, desvirtua-se a vontade do eleitor, porque há um poder econômico utilizado a partir do Estado público para influenciá-lo. Isso não é democrático, não é republicano, e nós confiamos que o Ministério Público tome a atitude que deve ser tomada para preservar a democracia. A que a gente está assistindo de algumas situações, que por detalhes nós temos Prefeitos concorrendo, sendo afastados, e essas questões escancaradas não tendo encaminhamento concreto, real, atitudes concretas e reais, não dá para a sociedade continuar admitindo, nem esta Casa, guardiã que é da democracia e da equidade entre os cidadãos.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO (Questão de Ordem):** Na minha fala eu falei de ex-Secretários. Eu quero fazer aqui um reparo, aqui não estão incluídos os Vereadores desta Casa, o Kevin Krieger, Valter e João Bosco Vaz, que não se inclui na minha fala da qual o citei, e o Ver. Cecchim também. Quero deixar registrado aqui. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Feito o registro.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento):** Sr. Presidente, eu gostaria de, exatamente, nessa mesma linha, solicitar a retratação da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que sobe à tribuna para fazer denúncias e que tenta, no seu esforço, enlamear a dignidade e a honra de pessoas que não têm absolutamente nada a ver com esses episódios que ela fala. Eu quero lhe dizer que eu tenho uma vida, graças a Deus, limpa, transparente. A minha campanha foi obtida à mercê do trabalho que tenho; ela está absolutamente toda declarada na minha prestação de contas. Eu não aceito, não admito, repudio qualquer tipo de ilação dessa natureza! Solicito, Sr. Presidente, a retratação da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, assim como agradeço ao Ver. Comassetto a manifestação que fez.

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Está registrado, dependemos, agora, da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, por favor.

**A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento):** Ver. Haroldo, peço a V. Exa. que solicite à Taquigrafia as notas da minha fala, porque, na minha fala, trabalharam com uma lógica, hoje, legal de arrecadação. Eu aponte, dentro de uma matéria de um órgão de imprensa

público, as arrecadações vinculadas às Secretarias estratégicas de Governo. Eu não considero isso nenhuma calúnia. Então, gostaria de alcançar ao Ver. Valter as notas taquigráficas da minha fala, porque ele irá compreender.

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Feito o registro.

O Ver. Beto Moesch está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BETO MOESCH:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vou falar do tema ambiental como sempre, mas antes não podia de deixar de colocar – já que foi dito que, primeiro, não só os Secretários que podem cometer corrupção; os Vereadores também podem. Isso é importante colocar. Eu fico muito tranquilo porque estou saindo da vida pública; alguns Vereadores tentaram me envolver em alguns tipos de episódios, mas, obviamente, não conseguiram. Alguns tentaram, inclusive, abrir inquérito civil no Ministério Público, que foi, de pronto, arquivado, tentaram de tudo, mas não conseguiram. Então, eu saio da vida pública com um currículo muito forte na defesa do meio ambiente, da ética e da transparência. Todas as ações da SMAM, na minha gestão, todas, foram transparentes e tiveram a participação da sociedade antes das decisões – todas as ações, sem exceção.

Nós estamos na Semana Interamericana da Água, coordenada pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, que, há muitos e muitos anos promove eventos relacionados aos nossos recursos hídricos.

Esta Casa, Ver. Mauro Zacher, não poderia ficar de fora e promoveu, através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, na terça-feira, Ver. Haroldo de Souza, um debate justamente sobre as transformações da Cidade e os impactos dos recursos hídricos, que são os mais variados, não só em Porto Alegre, mas como em qualquer cidade, como em qualquer metrópole.

Tudo que nós fazemos acaba na água, tudo que nós fazemos vai repercutir, Ver. Tarciso, nos recursos hídricos. Esta semana, por exemplo, Ver. André Carús – olhe como chove. Será que nós estamos aproveitando esta água que está caindo do céu, uma benção do céu, de graça, que podia ser armazenada para ser usada para descarga, para os jardins, para a lavagem de calçadas, sem precisar usar a água tratada e bombeada? Esta Casa aprovou uma lei de minha autoria que justamente visa à captação e uso dessa água, como várias cidades do mundo já fazem. Isso também acaba por evitar alagamentos,

porque essa água, ao invés de ir para as ruas e depois para o sistema pluvial, fica armazenada, promovendo economia para as residências, para o comércio, para as indústrias. Esta água vem do céu, não vem do DMAE; portanto, não se paga por ela. Ou seja, isso é um exemplo, um case típico de sustentabilidade, uma palavra tão falada e tão decantada, mas tão pouco praticada. E mais, Ver. Tessaro, outra iniciativa também desta Casa – e estou aqui ressaltando iniciativas desta Casa –, nós conseguimos aprovar a Área Livre Permeável e Vegetada, por que isso? Porque, de novo, a água cai; se a Cidade estiver impermeabilizada, ela não penetra no solo, não vai para o Aquífero, e, de novo, causa alagamento. Então, nós temos que, também, em virtude da sustentabilidade, não em palavras, mas em ações, fazer com que os terrenos tenham um mínimo de área permeável; uma média de 20%, no mínimo, não precisa de 80%, mas ao menos 20%. Então, são conceitos universais que nós precisamos colocar em prática nesta Cidade, e a Câmara de Vereadores de uma certa forma está conseguindo, sim, fazer.

Com relação ao desmatamento, mesma coisa. São os banhados, as matas que seguram a água e que depois da estiagem fazem com que essa água vá para os mananciais.

E é por isso, Sr. Presidente, que nós temos que ter muito cuidado, por exemplo, com a aprovação das Áreas Especiais de Interesse Social, as AEIS. Muitas delas – e dez delas, das 45, foram aprovadas aqui na Câmara – estão em APANs, em Áreas de Proteção do Ambiente Natural, que justamente têm a função de evitar a erosão, de manter a água, e evitar que sejam, depois, áreas de risco. Então, nós temos de ter muito cuidado quando nós aprovamos aqui as AEIS. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Nós é que agradecemos, Ver. Beto Moesch, um dos grandes Vereadores que passaram por esta Casa e que não concorre à reeleição. Muito obrigado.

O Ver. Professor Garcia está com a palavra em Comunicações.

**O SR. PROFESSOR GARCIA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, aproveito este espaço para falar um pouco de uma lei de minha autoria que foi votada recentemente nesta Casa e foi sancionada pelo Prefeito há menos de 30 dias. Domingo, o Conselho Regional de Farmácia fez um grande ato no Parque da Redenção justamente falando a respeito da nossa lei, que foi aprovada por unanimidade, que trata do descarte

dos remédios vencidos. Todos nós sabemos que cada cidadão e cada cidadã desta Cidade tem remédio vencido em casa, e, até então, não sabia onde colocá-lo. A Faculdade de Farmácia da UFRGS, por exemplo, nos disse que é comum, quando se trata de um remédio líquido, as pessoas colocarem-no na pia ou no vaso sanitário. Só que isso vai para o Guaíba, nós acabamos tomando esse antibiótico de uma forma indireta, e isso faz com que, cada vez que necessitamos de antibiótico, ele tenha de ser mais potente.

E a segunda contaminação da água, não é esse propriamente o nome, que aparece de maneira intensa, são os hormônios; isso mais pelo uso de anticoncepcionais pelas mulheres, que, em razão de o organismo não absorver totalmente, acaba saindo através da urina. E como nós também ficamos absorvendo esses hormônios, através da água, eles vão ficando cada vez mais resistentes. Ou seja, o ser humano está numa constante mutação.

Mas, no ano passado, quando iniciamos a formulação desse Projeto, uma rede de farmácias da Capital se interessou e começou a adotar o descarte dos medicamentos vencidos antes mesmo da aprovação da Lei, e, quando a Lei foi aprovada, essa rede de farmácias já tinha recolhido quatro toneladas de remédios, o que mostra que realmente a população tem remédio demais em suas casas, ou seja, compra-os em quantidade acima da necessária. Com a aprovação do Projeto, todas as farmácias estão obrigadas a receber o remédio vencido, e isso facilita, e muito! Então, eu também quero fazer esse registro em razão do movimento que o Conselho Regional de Farmácia fez no domingo. E o que nós temos feito é divulgar a Lei, mostrando a cada família, a cada cidadão desta Cidade, que é uma Lei de nossa autoria.

E as farmácias que estavam resistentes começaram a adotar um termo que eles chamam de fidelização. Ou seja, eles chegaram à conclusão que aquele usuário, ao ir à farmácia para deixar os seus remédios vencidos, normalmente acaba comprando um determinado tipo de medicamento.

Então, eu venho aqui, de forma fraterna, fazer essa discussão, trazer essa informação e pedir que a população de Porto Alegre não descarte os seus medicamentos líquidos no vaso sanitário ou na pia, fazendo com que todos os remédios sejam devolvidos para a farmácia, para que eles tenham, então, o lugar de descarte correto. Na realidade, o que nós tínhamos que fazer, cada vez mais – e isso não seria feito pelos Vereadores, mas em nível federal, e na Europa isso é muito discutido –, seria responsabilizar pela retirada

quem os produz, ou seja, a indústria farmacêutica seria quem teria a obrigação de retirá-los. Todos nós lembramos que há uns 15 anos, ou um pouco menos, era comum aqui no Brasil virem as sucatas da Europa, como, por exemplo, pneus, e nós – desculpem-me o termo –, tupiniquins, dizíamos: “esses pneus são importados da Europa, são seminovos”. Nada disso, gente! Na realidade, a Europa estava se desfazendo de lixo! Então, nós temos essa responsabilidade de legislar sobre aquilo que nos pertence. Então, como Vereador desta Cidade, fico contente com o fato de que a nossa Lei já tenha sido aprovada e sancionada, fazendo com que qualquer cidadão de Porto Alegre, que tenha remédio vencido em casa, possa levar a uma farmácia para fazer o descarte no lugar correto. O que espero é que daqui a alguns meses possamos utilizar a tribuna e dizer que algumas toneladas foram recolhidas. Isso vai ajudar muito o nosso meio ambiente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

**O SR. NELCIR TESSARO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, venho a esta tribuna no tempo cedido pelo Ver. Mauro Pinheiro, a quem agradeço. Fico surpreso com as fotos aqui apresentadas pela Ver.<sup>a</sup> Sofia. Em mais uma rua o asfalto está sendo manipulado. Acredito, Ver.<sup>a</sup> Sofia, que se trata daquelas 45 ruas que eu pedi informação ao Executivo há 48 dias e que até agora não veio resposta. Porque são exatamente aquelas ruas que estão sendo trocadas por votos! Falam muito no mensalão lá de Brasília, mas isso que acontece em Porto Alegre é muito pior, porque estão colocando comunidade contra comunidade! Estão tirando o asfalto demandado pelo OP há dez anos em troca de outras priorizadas, em troca de votos. Isso é muito pior do que o mensalão! Quem fala do mensalão não está sabendo o que acontece aqui em Porto Alegre! Isso nunca se viu na nossa história. É lamentável!

O pior é que o Prefeito se cala! Aqui nesta Cidade aconteceu o problema da Secretaria da Saúde: o meu amigo Eliseu foi assassinado! Ficou por isso. Aconteceu o problema da Sollus. O Prefeito calou-se! Aconteceu o problema da Reação, e o Prefeito sempre se calou! Foi realizada aqui nesta Casa uma CPI, cujo Presidente foi o Ver. Mauro Pinheiro;



o Relator dessa CPI era inclusive da base do Governo; e no Relatório foram apontadas irregularidades, e isso foi aprovado nesta Câmara e encaminhado, o Executivo tomou conhecimento – o Prefeito nada falou! Acontece, agora, as ruas da Cidade sendo asfaltadas, e o Prefeito só fala: “É desespero dos outros!” Vem cá, Sr. Prefeito: é só isso que sabe dizer? Então, calar é melhor do que esclarecer sobre o que está acontecendo nesta Cidade? Calar? Agora, ele não se cala quando diz assim: “O Pronto Socorro está em reformas, podem olhar!” Eu fui lá na frente e não vi nada lá; estão raspando o reboco do Pronto Socorro, imaginem a reforma! “O ‘X’ da Rodoviária tem solução”. A única solução que vejo é para aquelas duas famílias que estão abrigadas debaixo do viaduto, que ali estão morando, porque ali fizeram um contêiner não sei para quando. Estive lá hoje de manhã.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

**O SR. NELCIR TESSARO:** Não tem fundação nenhuma lá. Existem apenas duas famílias. Eu fui lá na Av. Bento Gonçalves ver o viaduto da Bento. Não; há os contêineres lá na esquina da avenida; lá embaixo, na Av. Ipiranga. Eu fui ver a passagem de nível da Rua Anita Garibaldi, Ver. Haroldo de Souza. Sabe o que há lá? Naquela parede tem uma placa do mesmo Vereador dos asfaltos, está lá a placa naquele local.

**O Sr. André Carús:** V. Exa. permite um aparte?

**O SR. NELCIR TESSARO:** Só um momentinho, Vereador. Eu vou concluir a minha fala, depois eu concedo.

**O Sr. André Carús:** V. Exa. vai negar o aparte?

**O SR. NELCIR TESSARO:** Não, não vou negar. Vou conceder no devido tempo. Aí eu fui verificar, também a orla do Guaíba, cuja obra está iniciada. Ver. Haroldo de Souza, não tem nada! Não tem! Não tem! “O Cais do Porto em Porto Alegre vai ficar pronto para a Copa do Mundo” – não tem Cais do Porto em Porto Alegre. “Com relação à Av. Tronco, já tiramos diversas famílias que estão com a chave na mão.” Uma família está com a chave

na mão. “Programa Socioambiental, 1.750 famílias”. Parou! “Programa Entrada da Cidade” – nem mais uma obra, nem mais uma família naquele local.

Concedo o aparte a V. Exa., agora.

**O Sr. André Carús:** Ver. Tessaro, apenas para repor a verdade. No que diz respeito ao Programa Entrada da Cidade, foram entregues, com recursos da contrapartida da Prefeitura, 25 novas praças para aquela comunidade, numa área degradada da Cidade. Projeto de Revitalização da Orla – já está com o edital da primeira etapa concluído, deve ser iniciada ainda em outubro. O “X” da Rodoviária...

**O SR. NELCIR TESSARO:** O senhor não entendeu, Vereador. Eu não estou aqui falando em praças. O povo não mora em praças e não coloca carros em praças... Estamos, amos, amos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero tratar do Instituto Federal Restinga, que há duas semanas enviou a manifestação dos alunos. Era um dia chuvoso, manifestaram a dificuldade de acesso ao Instituto Federal. Instituto que há seis meses conseguiu ir para o prédio novo, prédio que teve sua obra atrasada porque a parte dos compromissos das contrapartidas da Prefeitura foram extremamente morosas desde a possibilidade da colocação da energia elétrica; um jogo de empurra há um ano e meio entre Prefeitura e CEEE. Esta Comissão de Educação da Câmara Municipal mediu várias vezes os movimentos de lideranças da Restinga, assim como vários Vereadores da Zona Sul da cidade. Hoje os alunos estão lá com a obra inconclusa. Será uma escola com mais de 1.500 alunos, vários cursos técnicos, EJA, mas infelizmente até esta semana um breu inexplicável. Sequer lâmpadas nas ruas de acesso ao Instituto Federal a instituição conseguia garantir com a Prefeitura. Após a manifestação dos alunos, abaixo de chuva, agora tem um acesso iluminado. Mas o ônibus, o A15, que atende a esses alunos, é um ônibus com pouquíssimos horários. Se o aluno ficar corrigindo alguma coisa com o professor e perder o horário, por exemplo, ao meio-dia, só

irá pegar outro ônibus ao meio-dia e meia, uma hora da tarde; são intervalos muito longos. Já conversamos com o Diretor Cappellari para fazer essa adequação, mas não está fácil. Os alunos se queixam porque têm de pagar uma passagem de ônibus, pois lá é muito afastado, até o centro da Restinga, ou seja, andam de sete a oito minutos de ônibus e precisam desembolsar três reais. Precisamos pensar nesse ônibus como uma linha alimentadora, pois é muito difícil aos jovens, que são jovens pobres em sua maioria, persistirem, não evadirem o Instituto Federal Restinga. Ainda temos outros problemas como contrapartidas que a SMED... porque isso tudo não são contrapartidas que hoje o Instituto está solicitando. No documento que foi apresentado a Brasília, para Porto Alegre concorrer ao Instituto Federal, a Prefeitura se comprometeu com uma série de contrapartidas, uma delas era o cercamento do Instituto, e tanto demorou, tanto a Prefeitura considerou que era muito caro, colocou pouco dinheiro no Orçamento que o próprio IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – fez o cercamento, só que a Prefeitura ficou de fazer a quadra de esportes, mas os alunos estão estudando há seis meses no IFET/Restinga e para ter Educação Física eles têm que ir até o Cecores – Centro Regional Restinga e Extremo Sul. De novo, não só retardou, mas a Prefeitura não faz as contrapartidas. Outra contrapartida entregue no Governo Federal: segurança em torno do IFET/Restinga. Está escrito no documento que o Prefeito Fogaça, na época, apresentou que a Guarda Municipal faria ronda no Instituto Federal. Não conseguem o apoio de segurança, e também estaremos acionando a Brigada Militar, mas é importante que o Município assuma a sua parte. O Instituto Federal, para a juventude da Zona Sul, será um grande polo de formação, de conhecimento, de desenvolvimento, é uma grande aposta na nossa juventude. Infelizmente, é uma luta diária para aqueles jovens persistirem estudando, porque é difícil chegar, é escuro chegar, é caro chegar, é inseguro chegar, e o Instituto Federal tem inclusive uma bolsa, uma pequena bolsa de cento e poucos reais, mas não consegue cobrir todos os alunos, são os mais carentes. É importantíssimo que tenhamos um olhar global do Município em relação ao Instituto Federal, cujo maior custo é a obra, porque a manutenção, o pagamento dos professores é todo federal, não é nenhum custo para a Prefeitura. O custo é estrutural, é do entorno, é da segurança e da organização do sistema de ônibus para os nossos alunos e para os próprios técnicos e professores terem condições de frequentarem o Instituto Federal. Então, fica o nosso apelo para que a Prefeitura atenda com carinho essa instituição importante.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; primeiro quero agradecer ao Ver. Idenir Cecchim a cedência do tempo. Rapidamente, quero retornar ao tema do Camelódromo, hoje Pop – Centro Popular de Compras. Eu já tenho alguma caminhada, algum trechinho de estrada percorrido. Já trabalhei na Federação das Indústrias, desde estagiário até executivo da presidência, trabalhei em instituição financeira e fui Secretário por dois anos, sucedendo o Ver. Idenir Cecchim lá na SMIC. Lá eu liderava, Sr. Presidente, em torno de 200 fiscais, fiscais que trabalham na ponta, muitos deles trabalharam com o Ver. Adeli Sell inclusive, pessoas que são experimentadas nessa tarefa de lidar com o comerciante da Cidade. Eu quero, mais uma vez, dizer que foi uma temeridade, uma imprudência, uma irresponsabilidade o que se fez no Shopping Popular ontem! Eu quero dar graças a Deus que nós não tivemos uma morte. Quero agradecer que o episódio não tomou proporções muito mais graves. E quero, desde aqui da tribuna do Legislativo de Porto Alegre, em meu nome – mas tenho certeza de que, quando falo isso, todos os outros Vereadores podem tranquilamente se somar –, solicitar que a Receita Federal faça aquilo que há muito tempo nós estamos pedindo, que abra um canal de diálogo, faça valer a instrução normativa emitida pela própria Receita Federal, ajude essas pessoas a se regularizarem, que não opte por esse caminho da violência, do constrangimento. A Receita Federal tem duas mãos. Ela pode, por um lado, sim, exercer o seu poder de polícia, mas pode, por outro lado, muito bem exercer o seu poder de dialogar e de ensinar, Sr. Presidente. E tenha a certeza de que isso é muito mais efetivo; no Estado Democrático de Direito, no império das leis, isso também é muito mais democrático.

Então, é o apelo que fica aqui ao Sr. Superintendente da Receita Federal. Vou fazer, inclusive, com que os anais desta manifestação cheguem à Superintendência, e pedindo e rogando e suplicando, se for o caso, para que não ocorram mais episódios lamentáveis como aquele que ocorreu ontem, inclusive colocando em risco a vida e a integridade pessoal daquelas pessoas que lá estavam.

Sr. Presidente, eu quero rapidamente, *en passant* dar uma pincelada aqui na fala do candidato a Vice-Prefeito Nelcir Tessaro. Pois eu fiquei, Ver. André Carús – e faço coro às palavras do nobre colega –, surpreso, estupefato e, de certa forma, confortado que as pesquisas estejam indicando o que estão indicando. Porque imaginem o nobre Vereador, colega que pretende ser Vice-Prefeito da Cidade não saber, como de fato não sabe, que nós estamos fazendo as fundações dessa obra que é ansiada há tanto tempo em Porto Alegre, que é o “X” da Rodoviária! Está ali! Mas será que ele, caminhando pela Cidade em campanha intensa nos últimos 90 dias, não viu que está ali a obra? Será que ele não sabe que estão sendo feitas na Av. Padre Cacique as fundações do viaduto estaiado, da obra de arte que vai haver aqui? Será que não sabe que está contratado com a Caixa Econômica Federal porque faz parte do caderno de obrigações da Cidade o cronograma dessas obras? Que elas já estão contratadas e que tem que haver? Pois me dá um alívio, colegas Vereadores, ver os números da pesquisa. Porque eu teria, por outro lado, Ver. Paulinho Rubem Berta, uma preocupação muito grande se nós entregássemos os destinos da Cidade a pessoas que não têm a mínima noção, conhecimento e ideia, embora Vereadores sejam... Talvez a Deputada esteja há muito tempo lá em Brasília, tenha sido Vereadora só dois anos aqui e não conheça a Cidade! Mas o Ver. Tessaro deveria conhecer. Mas se fossem também tão simples assim as coisas! Eu fico me perguntando por que, naquela gestão fantástica lá no DEMHAB, o problema das residências em Porto Alegre não foi resolvido? É porque é muito mais fácil... Outro dia, eu vim aqui ao parque e, caminhando com uma pessoa, ela me disse: “Engraçado, não é Vereador? Levam uma semana para montar os piquetes e dois dias para desmontar”. É claro, é muito mais fácil destruir do que fazer. Mas eu fico aliviado que alguém que não conheça a Cidade, felizmente, pelos números que a população indica, não vai ser o Vice-Prefeito da Cidade; eu ficaria muito preocupado se fosse.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ADELI SELL:** Ver. Haroldo, como esta Cidade não para, a gente precisa reparar naquilo que precisa melhorar. Nós todos aqui temos um carinho especial por Ipanema, o

bairro cidade-jardim, com a sua orla magnífica, com o seu magnífico e fantástico pôr do sol. Andar, nos finais de semana, nos fins de tarde ou mesmo pela manhã em Ipanema é sempre um bom programa, mas falta algo primordial que esta Cidade teima em não fazer. Já faz, na verdade, 15 meses que eu espero retorno da Administração Pública Municipal de Porto Alegre sobre o mobiliário urbano, o que nos foi prometido lá em cima, na sala da CUTHAB – Comissão de Urbanismo, Transportes e Habitação – da qual eu faço parte. Uma cidade como Porto Alegre, com um urbanismo precário como o que temos hoje, com uma situação tão complexa como é a falta de banheiros públicos em Ipanema, deixa as pessoas completamente transtornadas. Muitas vezes já nos foi prometido, mas entra administração, sai administração, e as coisas não evoluem para uma vida mais tranquila de quem visita Ipanema, especialmente nos finais de semana, aos domingos. Nós precisamos, nós queremos, nós devemos ter banheiros públicos decentes na cidade de Porto Alegre.

Não é admissível, nem é tolerável também a situação dos banheiros no Mercado Público. É outra situação! O banheiro dos funcionários do Mercado Público é fétido, é quebrado, é sujo e não é arrumado! Há meses e meses, eu venho perguntando quando ficarão prontos os banheiros do Mercado Público. Temos que ser mais rigorosos com as empresas terceirizadas que fazem barbaridades e nada acontece!

Também é inadmissível que, na entrada do Mercado Público, a obra que foi feita – uma obrinha mixuruca – deixe, com qualquer chavinha, água empossada por três, quatro, cinco dias. Como não é admissível também que, no Largo Glênio Peres, onde foram refeitas a área de paralelepípedos e a parte de lajotas, onde há os deques, emposse água de chuva ou água de lavagem. Nós precisamos cuidar da limpeza interna e externa do Mercado Público. Nós temos que cuidar mais, mais e mais da nossa Cidade. Não adianta dizer publicitariamente “Eu cuido, eu curto”. Quem cuida faz, quem cuida cobra, quem cuida faz efetivas campanhas de educação.

Eu também quero aproveitar este período de Comunicações para dizer que remeti, hoje, com aviso de recebimento, ao Sr. Governador do Estado, Tarso Genro, uma carta sobre a questão da substituição tributária do ICMS. O meu Partido, o meu Governo sempre teve uma grande interlocução com os pequenos comerciantes, os pequenos empreendedores; por isso transformamos e melhoramos a questão da Caixa RS, transformando-a no Badesul. É por isso que nós temos uma ação intensiva no BRDE, é por isso que nós temos uma ação intensiva no Banrisul para o financiamento da pequena produção, do

pequeno comércio, do pequeno serviço. Mas a substituição tributária, fazendo com que os pequenos, aqueles que estão no Simples tenham o mesmo pagamento de ICMS que os grandes na entrada do produto no Rio Grande do Sul é para acabar com o pequeno comércio, aumentar o preço dos produtos por eles vendidos sem fazer com que eles tenham competitividade, porque, na verdade, não têm capital de giro. Esta carta está disponível no meu *blog*, no meu Facebook, já mandei para o Governador para vista e recebimento, para que fique registrado, chancelado. E peço que se forme um comitê com os comerciantes, com os empreendedores, com os sindicatos de trabalhadores, com os sindicatos empresariais, com membros do Governo. A substituição tributária do jeito que está, com as empresas que estão no Simples gaúcho, vai matar as microempresas e empresas de pequeno porte. Este é o registro que eu faço neste momento para defender a economia do Rio Grande do Sul, que está em desenvolvimento e que precisa de suporte do Governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Nós temos ainda quatro inscrições no período de Comunicações, mas visivelmente não há quórum. Boas eleições para todos e, como recomenda o TRE, votem limpo! Uma boa tarde e um bom fim de semana para todos os porto-alegrenses.

(Encerra-se a Sessão às 15h40min.)